

Inovação, desenvolvimento econômico e sustentabilidade: as perspectivas do Brasil

Pedro Luiz Barreiros Passos¹

1. Introdução

A sustentabilidade é, hoje, um valor determinante de qualquer estratégia de desenvolvimento. Consiste em requisito essencial, tanto em termos globais – pelos riscos à vida no planeta – quanto para qualquer comunidade, por menor que ela seja. Está associada à qualidade de vida e paupará todo o século XXI. Será assim para os indivíduos e também para as empresas.

São muitas as razões para isso, a começar pelo aquecimento global e pela necessidade de buscarmos um novo modelo de desenvolvimento, que seja inclusivo e garanta boas condições de vida para todos, ao mesmo tempo em que traga padrões de consumo consonantes com a preservação do meio ambiente. O custo de não encontrarmos essa solução será muito alto: mesmo com a redução do ritmo de crescimento, a população mundial alcançará entre 8 e 10 bilhões, em 2030; quase a totalidade desse aumento se dará em países de baixa renda, cujas populações aspiram à melhoria de seus padrões de consumo; a elevação estará concentrada em megacidades – as 30 maiores cidades, em 2030, representarão 6% da população mundial; teremos pressões enormes para atender a demanda dessa população por recursos básicos e infraestrutura – estima-se que 1,4 bilhão de pessoas terão restrições ao acesso à água potável, em 2030.

Esse quadro nos impõe a necessidade de pensarmos e atuarmos de forma determinada. Da mesma maneira que os desequilíbrios gerados resultaram da ação antrópica, espera-se uma capacidade de

¹ Presidente do Conselho de Administração da Natura.

resposta do conjunto da humanidade. Dificilmente tal resposta virá sem uma mudança radical nos padrões de consumo que desenvolvemos a partir da revolução industrial e que consolidamos, no século XX, no que poderíamos chamar de “modelo americano”. Elevamos brutalmente a produtividade e o consumo material, mas de maneira desequilibrada e insustentável.

O que nos imprime a esperança de encontrar uma solução é a capacidade que temos demonstrado de promover transformações. A ciência e a tecnologia nos proporcionaram saídas para desafios inimagináveis. Nesse campo é que encontraremos as respostas aos problemas que nós mesmos nos colocamos. Inovação e sustentabilidade serão palavras gêmeas no século XXI. Aqui reside uma das grandes oportunidades para o Brasil.

Há uma grande convergência de opiniões de que o Brasil vive um momento extremamente positivo. Retomamos o crescimento econômico, apesar da crise internacional de 2009. Mostramos razoável solidez no terreno macroeconômico, ainda que tenhamos uma agenda de reformas importantes pela frente, que deverão propiciar melhores condições de investimentos. A estabilidade conquistada anos atrás e a manutenção de uma política econômica responsável têm-nos assegurado bases adequadas ao crescimento. Evidentemente, continuamos tendo problemas com juros reais excessivamente elevados, câmbio valorizado e elevada carga tributária. Sabemos que será necessário corrigir isso com sobriedade, sem mágicas e sem atalhos.

Nos anos recentes – e esse deve ser o cenário mais provável para o futuro –, temos crescido com base no mercado interno e na exportação de produtos primários intensivos em recursos naturais. Isso é positivo, mas ainda é apenas parte da solução. A elevação do consumo doméstico é a contrapartida do acesso de milhões de brasileiros a padrões de vida mais elevados, o que gera uma base sólida para o crescimento, menos dependente dos humores da economia internacional. Ser competitivo em *commodities* é excelente. Ainda que muitas de nossas exportações tenham baixo conteúdo tecnológico, o esforço por nós despendido, por exemplo, no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura tropical, não se mostra desprezível.

Devemos aproveitar nossas vantagens competitivas para agregar maior valor às exportações e precisamos atentar para a relevância – demonstrada com toda a clareza, nos últimos anos – da manutenção de superávits comerciais e reservas naturais adequadas. Isso será uma tarefa complexa, especialmente para a indústria, mas não há alternativa de desenvolvimento que não passe por mantermos uma sólida e competitiva estrutura industrial, inclusive nas cadeias de maior conteúdo tecnológico. Nelas se encontram os melhores empregos e os melhores salários. Só não podemos nos voltar para dentro, acreditando que basta o dinamismo do mercado interno para construir uma trajetória sustentada de crescimento.

Temos outras vantagens estruturais no horizonte. Uma é o pré-sal, pois, em que pese o enorme esforço a ser feito para edificar uma economia menos intensiva em carbono, a demanda por energia seguirá majoritariamente suprida por combustíveis fósseis, nas próximas décadas. Se soubermos explorá-lo com inteligência e responsabilidade ambiental, de forma que não se transforme num agravante para uma apreciação ainda maior da taxa de câmbio, será um importante componente de nosso crescimento, pelos desafios que pode trazer para a produção industrial e para o desenvolvimento tecnológico do país.

Temos, também, uma enorme janela de oportunidade criada pela transição demográfica. No futuro próximo, teremos menor crescimento populacional, maior inserção feminina na população economicamente ativa (PEA), crescimento na taxa de escolaridade e, sobretudo, menor relação de dependência. A parcela da população adulta crescerá a taxas bem mais elevadas que a população de jovens, crianças e idosos. Se gerarmos empregos formais para esses adultos, poderemos crescer, durante uma ou duas décadas, tendo, temporariamente, menores pressões na frente previdenciária.

Por fim, acredito que a nossa rica sociobiodiversidade, utilizada como plataforma de inovação, poderá trazer importantes diferenciais competitivos para o Brasil, criando novas oportunidades de desenvolvimento.

2. O panorama internacional e a sustentabilidade

É possível antecipar algumas tendências. Em primeiro lugar, é evidente que a regulação ambiental será cada vez mais severa, seja nos planos nacionais, seja no plano internacional. Em segundo lugar, assistiremos a um posicionamento crescentemente mais ativo dos consumidores na defesa de iniciativas sustentáveis, o que elevará a pressão sobre as empresas e os governos. Em terceiro lugar, podemos ter certeza de que precisaremos de um grande aumento na eficiência energética e na utilização de energias não fósseis, renováveis, sejam de origem hidrelétrica, eólica ou com base em biocombustíveis.

A consequência desses fatores será uma mudança no padrão de consumo. Teremos de abandonar, ao menos em parte, nossos hábitos atuais. Possivelmente, o veículo individual perderá importância frente ao transporte público coletivo. A própria noção de veículo individual mudará, como já está ocorrendo, em função das centenas de milhões de novos consumidores que se agregam a esse mercado, nos países emergentes. Nossa mobilidade exigirá menor consumo de combustíveis e preços mais baixos, além de novos materiais e processos produtivos que minimizem impactos ambientais e reduzam a emissão de carbono, como carros híbridos, edificações verdes e aviões com materiais mais leves.

Esses avanços só virão com fortes investimentos em inovação. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), estima-se que será necessário um investimento adicional de 10 trilhões de dólares, até 2030, se quisermos chegar ao que os pesquisadores indicam ser um modelo ideal da economia de baixo carbono.

Grande parte desse esforço se dará nos países já desenvolvidos, mas o papel das chamadas economias emergentes, notadamente da China e da Índia, será cada vez mais importante. Não devemos menosprezar os desafios que se colocam para que sejamos protagonistas desse processo, mas não temos por que não reconhecer que esse panorama nos coloca numa posição vantajosa.

O Brasil tem grandes oportunidades, se souber aproveitar esse cenário, se sonhar alto e se tiver capacidade de construir uma sólida visão de longo prazo. Nesse sentido, podemos citar alguns importantes vetores de crescimento:

- Podemos nos tornar líderes mundiais na produção de bioenergia, na chamada “química verde” – a química dos novos biopolímeros.
- Podemos ser líderes na produção de alimentos sustentáveis, que demonstrem, por meio da rastreabilidade, cuidado ambiental em todas as etapas de sua produção.
- Temos a possibilidade de ser, com base em nossa rica biodiversidade, um dos mais importantes polos de desenvolvimento da biotecnologia mundial.
- Poderemos, no futuro, valorar os nossos serviços ambientais, garantindo que nossa disponibilidade de água potável, de solo agriculturável e de possibilidades de sequestro de carbono seja vista como forma de inclusão social e geração de novas fontes de riqueza para o país.
- Também podemos atrair o investimento internacional para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Nesse novo cenário, também precisaremos saber aproveitar da melhor forma as possíveis riquezas do pré-sal e alinhá-las com as preocupações de desenvolvimento sustentável. Isso não se resume às melhores práticas nas atividades de exploração e cuidados ambientais, mas também ao uso dos recursos do pré-sal para alavancar nossas posições em energias renováveis, em processos sustentáveis e mesmo na aplicação do petróleo para além do mero combustível veicular. Nesse sentido, os recursos do pré-sal deverão ser utilizados para criarmos uma poupança para o país, que financie investimentos em educação e na melhoria na qualidade de vida, em geral, de nossa população.

Para o Brasil, o crescimento baseado no desenvolvimento sustentável consiste numa oportunidade para transformar essas vantagens comparativas em vantagens competitivas. O caminho para tanto é investir em conhecimento e inovação.

3. Desafios socioambientais como fonte de inovação

É crescente, no meio empresarial, o entendimento da sustentabilidade como valor, apesar de sabermos que há, ainda, uma parcela de empresas que lidam com essas novas exigências com uma visão de *compliance* e mitigação de riscos, enxergando a sustentabilidade como um custo, buscando reduzi-lo e desenvolvendo estratégias para contornar as exigências legais.

Por outro lado, vemos cada vez mais empresas que procuram se posicionar de maneira a aliar sustentabilidade e inovação, criando novos ciclos de crescimento. De forma análoga ao que foi a tecnologia da informação, há, aqui, uma grande mudança de paradigma e um grande ganho de eficiência na economia global – um vetor da criação de novos negócios, de novos empregos e de novas competências.

Um exemplo já clássico desse processo é a GE. A empresa lançou, poucos anos atrás, um programa chamado *Ecomagination*, que, fundamentalmente, busca criar negócios a partir dos desafios socioambientais. Apesar de ser relativamente recente, pois foi criado em 2005, ele abarcava negócios de 14 bilhões de dólares em 2007, com estimativa de alcançar 20 bilhões de dólares em 2009. Trata-se de um exemplo marcante, com foco em inovação, abrangendo investimentos, novos modelos de negócios e criação de competências externas. Como exemplo, vale mencionar o desenvolvimento de uma locomotiva verde capaz de reduzir emissões e economizar combustível. São investimentos relevantes da GE em P&D, que representam para este programa cerca de 1,4 bilhão de dólares.

Essa iniciativa mostra que é possível o setor empresarial se adequar a esses novos desafios. Algumas corporações têm, hoje, condições de posicionar toda a sua cadeia de fornecedores na mesma direção. Isso consiste numa mudança radical na filosofia da empresa e de seus colaboradores. A GE ficou famosa, assim como seu presidente anterior, Jack Welch, pelo modelo Seis Sigma de gestão de processos e da qualidade, que acabou se difundindo pelo mundo. Mas foi com Jeffrey Immelt, em 2004, que a GE adotou a bandeira da inovação e da sustentabilidade como causa fundamental da empresa. Essa postura é, sem dúvida, um exemplo para o mundo empresarial.

4. O panorama brasileiro: o exemplo da natura

Nesse contexto desafiador, vale mencionar o nosso caso, da Natura. Em 1997, a empresa vivia um desafio que consistia em ter acesso a novas tecnologias para melhorar os seus produtos e competir em pé de igualdade com os concorrentes. Os principais *players* eram empresas multinacionais, com uma ampla base de pesquisa científica, proveniente de investimentos nos setores farmacêuticos e de alimentos. A tecnologia de cosméticos derivava, em sua maior parte, dos investimentos nesses segmentos, dezenas de vezes maiores do que a nossa capacidade financeira.

Naquele momento, chegamos a pensar em realizar uma parceria estratégica para ter acesso às tecnologias que considerávamos essenciais para os nossos produtos. Essa não era uma decisão fácil e, entre pesquisas e contatos internacionais, refletimos durante aproximadamente um ano. A partir dessa experiência, decidimos construir nosso próprio caminho, que acredito que talvez tenha sido a maior inovação que fizemos nos últimos tempos.

Tomamos a decisão de fazer do uso sustentável da biodiversidade brasileira a nossa plataforma de inovação e pesquisa. Assim, em 2000, depois de três anos de muito esforço, lançamos a linha EKOS. Foi uma revolução dentro da empresa, pois o pouco conhecimento que existia sobre os ingredientes naturais no Brasil ainda se encontrava dentro da academia, além de ainda não existir uma cadeia de fornecimento estruturada e que pudesse atender à nossa demanda.

A compra de matérias-primas naturais, como, por exemplo, a castanha, o breu branco, o murumuru e a andiroba, trouxe uma nova dinâmica para a empresa. Passamos a acompanhar os ciclos da natureza em conjunto com ciclos do nosso negócio. O relacionamento com as comunidades extrativistas também nos trouxe uma série de novas competências, como conhecimentos em etnobotânica, cuidados com a repartição de benefícios e com o direito de uso de imagens e a estruturação de planos de manejo e planos locais de desenvolvimento, além da construção de uma ampla rede de relacionamento com universidades, governos e ONG.

Ao inaugurar essa plataforma de pesquisa, baseada no uso sustentável da biodiversidade brasileira e na combinação do conhecimento tradicional com a tecnologia, adentramos em um campo em que a disposição para o aprendizado e para o diálogo deve ser permanentemente cultivada. É necessário estar disposto a enfrentar obstáculos e a errar, como já erramos. No entanto, em dez anos, tivemos excelentes resultados e inovamos principalmente na maneira como geramos valor para toda a nossa cadeia de fornecimento.

Parte desse aprendizado veio com a compra de empresa que produzia fitomedicamentos no Rio de Janeiro: o negócio em si não trouxe os resultados esperados, sobretudo por dificuldades

regulatórias; no entanto, tivemos contato com uma fantástica coleção de ativos e de conhecimentos, que contribuiu para o nosso desenvolvimento.

Nessa trajetória, reforçamos a brasilidade da marca Natura e, ao mesmo tempo, criamos um diferencial e uma nova força para a internacionalização da empresa, já que as inovações que levamos a cabo nos permitiram alcançar um patamar internacional de qualidade e, ainda mais importante, evitar um confronto direto com as tecnologias tradicionais dos nossos concorrentes. Como em todo processo de inovação, assumimos um risco. Tínhamos um conjunto de ações que não estava perfeitamente organizado. Não eram produtos de prateleira; ao contrário, exigiam um longo processo de desenvolvimento, com a contribuição de diversos atores.

Hoje lideramos a tecnologia do uso sustentável da biodiversidade no setor de cosméticos, algo que tem sido muito importante para o crescimento da empresa. Além disso, trouxemos resultados significativos para nossa rede de relacionamento. Temos em nosso portfólio 31 insumos diferentes da biodiversidade brasileira, que compramos de 26 comunidades diferentes. A maior parte está no Bioma Amazônico, mas temos insumos com origem no Cerrado e na Mata Atlântica. São ingredientes produzidos por aproximadamente 2 mil famílias, podendo chegar a 5 mil nos próximos anos, com impacto social muito relevante para essas localidades.

Por fim, vale mencionar que, hoje, o uso sustentável da biodiversidade se insere em uma estratégia mais ampla, que internamente chamamos de vegetalização e que busca substituir em nossas fórmulas os ativos de fontes minerais e animais por ingredientes provenientes de fontes renováveis.

5. Uma agenda para a política brasileira de apoio à inovação e à sustentabilidade

Não é tarefa simples alinhar o conjunto das medidas de apoio à inovação e de suporte à sustentabilidade. Por serem temas transversais, discutir ou detalhar essas políticas pressupõe abordar um conjunto muito vasto de ações coordenadas. Dessa maneira, sem querer esgotar o assunto, gostaria de demarcar algumas questões que considero críticas e que podem nos impulsionar, de forma estratégica, a uma nova agenda de desenvolvimento.

Temos de retomar o planejamento de longo prazo, uma vez que já superamos a fase em que o curto prazo predominava na agenda brasileira. Assim, estamos em um momento oportuno para fazermos as escolhas estratégicas que valorizem nossas vocações fundamentais.

Nesse sentido, defendo que inovação e sustentabilidade façam parte de todas as políticas públicas. Dessa forma, critérios socioambientais precisam ser utilizados por agências de fomento e na

definição de políticas tributárias, de forma a incentivar a agenda da inovação e da sustentabilidade. Ainda hoje, no Brasil, projetos questionáveis do ponto de vista ambiental têm sido financiados por bancos e agências públicas.

A questão fundamental para o nosso futuro é a educação. Nosso compromisso deve ser de, em 20 anos, estarmos entre os melhores padrões educacionais do mundo. É um plano factível, e a tecnologia nos ajudará a superar algumas barreiras que não poderíamos vencer no passado. Sem essa conquista, fruto do compromisso de toda a sociedade, não atingiremos nenhum objetivo de longo prazo.

Nesse campo, aproveito para chamar atenção para o gargalo em mão de obra especializada que temos no país, em especial com formação para engenharia. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de engenheiros formados no Brasil em 2008, em todas as especialidades, é de 30 mil. Os demais países do BRIC formam, por ano, muito mais engenheiros do que nós: a Rússia forma 120 mil, a Índia, 200 mil, e a China, 300 mil. Esses números indicam claramente a nossa defasagem na formação de engenheiros e o gargalo que teremos no futuro próximo.

Outro aspecto que gostaria de salientar é o empreendedorismo. O Estado é importante na busca de uma sociedade mais justa e na eleição de prioridades, mas não pode fazer tudo. A inovação nasce fundamentalmente da energia empreendedora do setor privado. Um ambiente propício para o nascimento de novos negócios, com apoio e financiamento, será o grande responsável pelo movimento de inovação no país.

Enfatizo também a dimensão da infraestrutura de ciência e tecnologia. Os institutos de ciência e tecnologia, que têm o papel de traduzir os conhecimentos acadêmicos em tecnologias para o setor privado, não receberam a atenção necessária nos últimos anos, além de permanecerem, em sua maior parte, concorrendo com a pesquisa acadêmica, em vez de se voltarem para as necessidades das empresas.

Honrosas exceções merecem ser valorizadas. A Embrapa é um grande exemplo. Outro é o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo (IPT), que foi uma das bases do desenvolvimento da indústria de São Paulo. Institutos dessa natureza têm condições de realizar investimentos em P&D pré-competitivo que, muitas vezes, a indústria não tem condições de fazer ou só pode fazer de forma consorciada, por meio de algum financiamento estatal, como no caso de plantas pilotos. Alguns desses projetos precisam, pelo risco e pelo fato de servirem a muitos usuários, de um apoio específico do poder público, como ocorre em outros países. Nesse sentido, devemos escolher quais serão os nossos setores estratégicos e focar no fortalecimento de institutos voltados a essa estratégia.

Outra dimensão que considero relevante mencionar é a necessidade de aprimorarmos os instrumentos de apoio à inovação nas empresas. Não tenho dúvida de que tivemos melhorias em termos dos modelos de incentivos fiscais e de subvenções para o setor privado; no entanto, precisamos aumentar e aprimorar os mecanismos de apoio à inovação. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) fez, recentemente, um estudo sobre a inovação no país. Esse estudo mostrou que cerca de dois terços de todo o apoio governamental brasileiro são resultantes da renúncia fiscal da Lei de Informática, que reduz o IPI dos bens de informática para que a produção do restante do país seja compatível com os incentivos concedidos na Zona Franca de Manaus. A Lei de Informática, contudo, mesmo exigindo contrapartida de gasto em P&D pelas empresas, é muito mais uma contingência da existência de um regime tributário específico na Zona Franca de Manaus que uma Lei de incentivo a P&D. Assim, se não considerarmos os incentivos da Lei de Informática, o apoio direto e indireto a P&D, no Brasil, reduz-se a 0,07% do PIB. Um valor baixo para a realidade internacional, comparável apenas ao que é praticado no México (0,05% do PIB) e muito abaixo do existente nos países desenvolvidos: Espanha (0,10% do PIB), Reino Unido (0,14% do PIB), França (0,18% do PIB) e EUA (0,22% do PIB).

É certo que temos um problema que transcende ao regime de incentivos: temos uma cultura no próprio setor privado que, hoje, vê inovação muito mais ligada à melhoria de processos por meio da compra de equipamentos. Habituaamo-nos a encarar a tecnologia como algo que se compra, o que, com o tempo, acaba diminuindo a importância dada a investimentos em inovação. Isso significa que nosso problema não se resume à falta de incentivos, mas também se deve à cultura vigente em parte do setor empresarial.

Ainda no aspecto do apoio às empresas, em que pese aos progressos que temos tido, como os apoios do BNDES e da Finep, seguimos com a dificuldade de obter financiamento de outras fontes e que sejam de longo prazo, no Brasil. O custo do capital é elevado, frente ao praticado no exterior, e o acesso a ele é difícil, em especial para médias e pequenas empresas.

Nesse sentido, precisamos desenvolver novas fontes de financiamento, que também privilegiem as pequenas e médias empresas, além de construir um sistema de *venture capital* para fortalecer o componente de capital de risco. Em muitos países que têm fortes sistemas de inovação, os modelos de *venture capital*, com participação do governo e do setor privado, trazem grandes contribuições para a agenda nacional de inovação.

Outra dimensão, que usamos de forma marginal, mas que devemos incorporar de maneira mais efetiva à agenda econômica, é o incentivo à produção e ao consumo de bens de menor impacto ambiental, com redução e simplificação de sua carga tributária. No passado, usamos esses diferenciais mais intensamente, quando da introdução do álcool como combustível veicular.

O carro *flex*, os biocombustíveis ou os produtos que incorporam a dimensão da sustentabilidade ao longo de seu ciclo de vida deveriam ter tratamentos diferenciados.

Um importante aspecto – que, na Natura, aprendemos que é decisivo – refere-se à solidez dos marcos regulatórios e ao seu alinhamento aos objetivos de incentivo à inovação e à sustentabilidade. Nós lidamos com assuntos da biodiversidade desde 1998, e, até hoje, o marco legal ainda é frágil e gera insegurança jurídica para as empresas. Isso é um problema grave para um país que quer e tem condições de usar sua megabiodiversidade como vantagem para seu posicionamento estratégico no plano mundial. Temos problemas, também, na eficácia de nosso sistema de proteção à propriedade intelectual. Com todas as melhorias recentes, ele ainda é um sistema lento e, pior, pouco utilizado pelas empresas.

Por fim, nesta breve agenda de política de apoio à sustentabilidade e à inovação, gostaria de chamar atenção para uma questão que, nos debates, fica muitas vezes esquecido. Embora pareça que o Brasil já resolveu todos os seus problemas macroeconômicos e que, agora, precisamos começar a resolver os problemas da microeconomia, acredito que ainda temos fatores macroeconômicos que impedem o nosso progresso e que dificultam a competitividade da iniciativa privada. Apesar da conquista da estabilidade econômica, ainda temos obstáculos como juros altos, câmbio valorizado e carga tributária muito elevada. Além desses fatores, vale mencionar outro pilar que merece muita atenção: a ineficiência do Estado brasileiro.

Temos um Estado grande e reconhecidamente ineficiente. Não podemos esquecer que, hoje, a administração pública consome quase 40% do nosso PIB. É um número muito alto para o tipo de serviço que o setor público presta para o cidadão, em termos de segurança pública, educação, saúde. Além disso, o Estado brasileiro investe muito pouco. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos oito anos analisados (2000-2008), o Brasil ficou muito abaixo da média de investimento público, quando comparado aos países em desenvolvimento. A média cresceu de 6,5% para 7,6% do PIB no período. A taxa brasileira, no melhor ano, 2002, nem chegou a 2% do PIB. A nossa média é de 1,69% do PIB. Só para se ter uma ideia, a taxa chinesa alcança por volta de 20%. Assim, os resultados não condizem com a alta carga de impostos (uma das maiores entre os emergentes) e os elevados gastos públicos.

Gostaria, ainda, de enfatizar a questão da Amazônia. Hoje, tenho a convicção de que podemos promover uma forte inserção competitiva da indústria nacional no terreno da biotecnologia a partir de nossa rica biodiversidade e da Amazônia em especial. Acredito que a Amazônia poderá ser uma grande fonte de inovação e conhecimento para o país e, ao usá-la de maneira sustentável, gerando inclusão social e renda, poderemos criar um novo modelo de desenvolvimento que sirva de exemplo para o mundo. Uma visão de longo prazo da Amazônia

deve ser acompanhada por políticas públicas que viabilizem o aproveitamento econômico dos serviços ambientais – precisamos criar tais mecanismos.

Finalizo compartilhando a seguinte reflexão: o Brasil pode ser uma fonte de inspiração para um mundo que está desequilibrado e em acelerado processo de globalização e universalização. Podemos porque somos um país megadiverso, com muitas riquezas culturais, sociais e ambientais. É importante conseguirmos fazer uma síntese dessas vantagens e tirarmos seus benefícios. E é nesse contexto que vemos a oportunidade para nos tornarmos um país protagonista no desenvolvimento da nova economia do século XXI.